

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Cuidar é verbo coletivo: a relevância do trabalho de reprodução coletivo desempenhado cotidianamente pelas mulheres das Ocupações da Izidora

Izabella Sathler Rodrigues Lourenço
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Clarissa Vaz Rodrigues Gomes
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Thiffani Gabriela Martineli
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Tiago Castelo Branco Lourenço
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Universidade Federal de Minas Gerais

Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

Resumo. Este artigo se ocupa de evidenciar a relevância da contribuição do trabalho de reprodução coletivo desempenhado cotidianamente pelas moradoras e lideranças femininas das Ocupações da Izidora na luta pelo direito à cidade e à moradia, assim como para a autoprodução e autogestão do território. Serão expostas também a invisibilização e negligência desses trabalhos e ausência de marcadores como gênero e raça nos processos de planejamento urbano e no desenvolvimento e implementação de políticas públicas habitacionais.

As observações aqui apresentadas são fruto de um longo trabalho coletivo de assessoria técnica direta que ocorre desde 2013 a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) através do Escritório de Integração (EI), Grupo de Produção do Espaço Urbano (PEU) e do curso de pós-graduação Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço (PAUPSE), associados a outros grupos e coletivos. O processo de desenvolvimento se sustenta com base na teoria feminista marxista e na economia feminista e se utiliza da entrevista narrativa e pesquisa-ação como metodologias de trabalho.

Palavras-chave. Movimentos Sociais Urbanos. Trabalho reprodutivo. Assessoria Técnica Direta. Ocupações Urbanas. Gênero. Autoprodução.

Caring is a collective verb: the relevance of the collective reproduction work carried out daily by the women of Ocupações da Izidora

Abstract. This article is concerned with highlighting the relevance of the contribution of the collective reproduction work carried out on a daily basis by female residents and leaders of Ocupações da Izidora in the struggle for the right to the city and housing, as well as for self-production and self-management of the territory. The invisibilization and negligence of these works and the absence of markers such as gender and race in urban planning processes and in the development and implementation of public housing policies will also be exposed.

The observations presented here are the result of a long collective work of direct technical assistance that takes place since 2012 from the inseparability between teaching, research and extension in the Department of Architecture and Urbanism of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas) through the Office of Integration (EI), Urban Space Production Group (PEU) and the postgraduate course Urban Environmental Planning and Social Production of Space (PAUPSE), associated with other groups and collectives. The development process is based on Marxist feminist theory and feminist economics and uses narrative interview and action research as work methodologies.

Keywords: Urban Social Movements. Reproductive work. Direct Technical Advice. Urban Occupations. Genre. self-production.

Cuidar es un verbo colectivo: la relevancia del trabajo de reproducción colectiva que realizan cotidianamente las mujeres de las Ocupaciones de Izidora

Resumen. *Este artículo pretende destacar la relevancia de la contribución del trabajo de reproducción colectiva que realizan cotidianamente las mujeres residentes y líderes de las Ocupaciones de Izidora en la lucha por el derecho a la ciudad y a la vivienda, así como por la autoproducción y autogestión del territorio. También se expondrá la invisibilización y el olvido de estos trabajos y la ausencia de marcadores como el género y la raza en los procesos de planificación urbana y en el desarrollo e implementación de las políticas públicas de vivienda.*

Las observaciones que aquí se presentan son el resultado de un largo trabajo colectivo de asesoramiento técnico directo que se produce desde 2013 a partir de la inseparabilidad entre la enseñanza, la investigación y la extensión en el Departamento de Arquitectura y Urbanismo de la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais (PUC Minas) a través de la Oficina de Integración (EI), Grupo de Producción del Espacio Urbano (PEU) y el curso de postgrado Planificación Urbano Ambiental y Producción Social del Espacio (PAUPSE), asociado con otros grupos y colectivos. El proceso de desarrollo se basa en la teoría feminista marxista y la economía feminista y utiliza entrevistas narrativas e investigación-acción como metodologías de trabajo.

Palabras clave. Movimientos sociales urbanos. Trabajo reproductivo. Asesoramiento Técnico Directo. Ocupaciones Urbanas. Género. Autoproducción

1. Introdução

Este artigo se ocupa de evidenciar a relevância da contribuição do trabalho de reprodução coletivo desempenhado cotidianamente pelas moradoras e lideranças femininas das Ocupações da Izidora¹ - que aqui serão chamadas de Izidoras - na luta pelo direito fundamental à cidade e à moradia, assim como para a autoprodução e autogestão do território. Serão expostas também a invisibilização e negligência desses trabalhos e ausência de marcadores como gênero e raça nos processos de planejamento urbano e no desenvolvimento e implementação de políticas públicas habitacionais.

2. Metodologia e processo de estudo

As observações aqui apresentadas são fruto de um longo trabalho coletivo de assessoria técnica direta que ocorre a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) através do Escritório de Integração (EI), Grupo de Produção do Espaço Urbano (PEU) e do curso de pós-graduação Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço (PAUPSE), associados a outros grupos e coletivos, como a Arquitetas Sem Fronteiras (ASF) e o projeto de extensão UNSCORRE da UFMG. Iniciado em 2012, este trabalho de assessoria busca contribuir para a reversão de um processo dominante de urbanização econômica e politicamente perverso, socialmente excludente e ambientalmente predatório (ZERLOTINI; BITTENCOURT; LOURENÇO, 2018), atuando em proximidade direta aos moradores e lideranças, possibilitando que suas reais demandas possam ser atentamente ouvidas, reivindicadas e atendidas utilizando a metodologia da pesquisa-ação pois é uma ferramenta que não incentiva necessidade de não se distanciar do objeto de estudo. A pesquisa-ação prevê a independência e sugere que os pesquisadores questionem suas próprias práticas profissionais. Além disso, incentiva a colaboração por meio do

¹ O desenvolvimento deste artigo se deve também ao projeto de pesquisa “A questão de gênero e a assessoria técnica direta: estudo de casos nas ocupações da região da Izidora durante o período da pandemia de covid-19” submetido ao Edital Nº 093/2021 do Processo de Seleção de Propostas para o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) da Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Fica registrado aqui o agradecimento ao apoio da FAPEMIG, fundamental para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e produção deste artigo.

compartilhamento, criando conhecimento por meio das ações dos participantes, o que favorece e cria relações de laços e promove possíveis mudanças sociais através desse relacionamento.

A metodologia utilizada é conhecida como pesquisa-ação e consiste em 4 etapas. A primeira é a fase exploratória que diz respeito à realização de uma investigação da situação, das carências e privações dos atores e à formação de equipe formada por pesquisadores, colaboradores e etc e que tem como propósito a elaboração da metodologia e a aplicação dessa metodologia para a estruturação do estudo.

Enquanto na fase principal conhecida também como fase de planejamento e constituída pela parte prática do estudo, entrevistas e questionários individuais e em grupo com lideranças e moradores da organizações, que tornaram públicas suas reclamações, constatações e recomendações. Todas essas informações coletadas do onde numerosas visitas, s entrevistados servirão de base para a pesquisa de acompanhamento. O próximo passo é a fase da ação que conseguimos identificar como o momento de agir de acordo com o que foi levantado e desenvolvido em etapas anteriores a fim de apresentar resultados, elaborar novas possibilidades e propostas a fim de alcançar metas para a continuidade do trabalho. A última etapa é a fase de avaliação onde avalia-se em todo o contexto as pesquisas, os resultados e as consequências geradas por esse estudo.

"Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa..." (KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248

As entrevistas realizadas durante esse processo, que terão trechos citados ao longo deste artigo, foram conduzidas utilizando a metodologia de entrevista narrativa (JOVTCHELOVITCH; BAUER, 2000) em sua estrutura de 5 fases (SCHÜTZE, 1992): preparação, iniciação, narração central, fase de perguntas e fala conclusiva. Esse instrumento de investigação torna possível abarcar os fenômenos sociais com maior complexidade, visto que o entrevistador propõe ao entrevistado uma questão gerativa não direcionada a respostas pontuais ou padronizadas, estimulando uma narração espontânea, com maior amplitude de manifestação de suas experiências por meio de seu vocabulário cotidiano. Após a finalização de todas as etapas, as entrevistas foram transcritas, e tiveram seus dados analisados e debatidos.

3. Contextos

As cidades brasileiras são historicamente, em sua grande maioria, autoproduzidas. Essa autoprodução se intensificou por um processo de crescimento acelerado nos últimos 60 anos onde o crescimento populacional não foi proporcional ao crescimento estrutural das cidades. Conseguimos ver esse resultado principalmente nas capitais das cidades brasileira essa disparidade de crescimento gera inúmeros problemas nas cidades, dentro delas a necessidade de produzir um espaço para aqueles que não foram "absorvidos" dentro da cidade formal. A necessidade de se colocar na sociedade faz parte de um processo natural. Então a resposta da autoprodução se torna orgânica. Deve-se salientar a diferença entre o que é lido como cidade formal e informal. Essa caracterização da cidade informal muito se dá a questões estéticas e ligadas ao preceito higienista sobre a leitura do que deve ser a cidade. Utilizando Minas Gerais como exemplo conseguimos analisar como essa leitura acontece. Existem obras e edificações em pontos nobres da capital como um bairro da zona sul chamado barragem Santa Lúcia que tem obras que são embargadas por não estarem em conformidade com a lei assim como edificações não legalizadas, porém a leitura feita é que faz parte da cidade formal. Em contrapartida, um bairro autoproduzido em sua maior parcela é rapidamente apontado como um bairro informal. A autoprodução carrega com si uma ideia prévia de informalidade que fica escancarada quando sai de perímetros urbanos ou de áreas privilegiadas da cidade.

Um ponto a salientar sobre esse processo de autoprodução é que ele não se dá de maneira linear e instantânea, é um processo longo e muito doloroso, está entranhado uma realidade onde foi negado o direito à cidade e o direito garantido pela constituição que é a moradia.

Minas Gerais é o segundo estado com maior déficit habitacional do Brasil, de acordo com o levantamento realizado pela Fundação João Pinheiro em 2020. Os dados da capital mineira são expressivos e nos ajudam a compreender as razões pelas quais a RMBH foi, nos últimos anos, palco de diversas ocupações urbanas para fins de moradia em terrenos ociosos. Em agosto de 2020 a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), apresentou um relatório que apontava a existência de 50 mil famílias sem casa e 64 mil domicílios vazios. O documento, de 135 páginas, mostra que as ocupações urbanas, apoiadas pelos movimentos populares, foram responsáveis pela construção de mais casas do que as políticas habitacionais da prefeitura. Entre 2009 e 2020, 19.802 moradias foram autoconstruídas pelas ocupações. Nesse mesmo período, foram produzidas 18.233 unidades habitacionais por programas como o Minha Casa Minha Vida, Orçamento Participativo da Habitação e Programa de Arrendamento Residencial. O relatório ainda aponta que 35% das moradias produzidas pela prefeitura não se destinaram a diminuir o déficit habitacional, mas sim a reassentar famílias removidas pela política habitacional do poder municipal.

3.1 Localização

A Região da Izidora - reconhecida pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em documentos oficiais como Região do Isidoro -, está localizada no Vetor Norte da cidade e corresponde ao último grande vazio urbano não parcelado da capital mineira. As Ocupações da Região da Izidora, compostas pelas ocupações Esperança, Helena Greco, Rosa Leão e Vitória, estão inseridas neste contexto e vivenciam um complexo conflito político e jurídico, considerado um dos sete conflitos fundiários mais relevantes do mundo. Na perspectiva de financeirização do território, a região é alvo de disputa do mercado imobiliário devido a uma série de investimentos articulados entre iniciativas públicas e privadas em seu entorno. Alguns exemplos disso são: a linha verde, responsável por conectar o aeroporto de Confins - subutilizado até meados dos anos 2000 - ao centro da cidade e a construção da Cidade Administrativa, sede oficial do governo do Estado de Minas Gerais.

O início das Ocupações da Izidora se deu em 2011, com a primogênita Ocupação Helena Greco, porém mais tarde e em meio à efervescência das manifestações massivas das Jornadas de Junho de 2013, o processo se intensificou. Neste momento, cerca de 30 mil pessoas, num contexto de vulnerabilidade e impossibilidade de arcar com altos valores de aluguel ocasionados pela imposição de um modelo capitalista e elitista de cidade (CIDADE E ALTERIDADE, 2013), somada à ineficiência das políticas públicas habitacionais, ocuparam um grande terreno localizado em sua maior parte em Belo Horizonte, e em menor parte em Santa Luzia, município vizinho que compõe a RMBH. O terreno estava ocioso há cerca de 40 anos e possui cerca de 10 km² - extensão correspondente a 10 mil campos de futebol -, dimensão um pouco superior à área interna da Avenida do Contorno, que circunda a região central de Belo Horizonte.

3.2 Conflito fundiário

O histórico do conflito fundiário das ocupações da Izidora é marcado por muita luta e ordens de despejo, que tiveram início no segundo semestre de 2013 e já estiveram na iminência de acontecer por três vezes. Em abril de 2017, os moradores e o Coletivo Margarida Alves, junto a uma rede de advogadas e advogados populares, conquistaram a suspensão da reintegração de posse no Superior Tribunal de Justiça, que permanece vigente até então.

Durante esse período, ocorreram incontáveis assembleias, formações e reuniões de moradores, lideranças e apoiadores externos. Inúmeras marchas, de dezenas de quilômetros, e ocupações de órgãos públicos foram realizadas. Também foram marcantes os diversos episódios de opressão e violência policial e do poder público contra os moradores das ocupações e os respectivos

apoiadores. No dia 24 de julho de 2014, a polícia desferiu espadadas no rosto de um morador. Na marcha contra o desalojamento forçado, no dia 19 de junho de 2015, os moradores caminharam na Linha Verde até a Cidade Administrativa e foram duramente reprimidos pela Polícia Militar, gerando cerca de 60 pessoas feridas e 29 detidas arbitrariamente. Assim como nos dois exemplos citados, por muitas outras vezes ocorreram situações semelhantes. Ao longo dos anos, lideranças foram assassinadas, como Manoel Bahia e Kadu, assim como outros moradores e, mais recentemente, o Sting, filho de uma das lideranças da Ocupação Helena Greco, Beth.

3.3 Herdeiras da Izidora: a retomada do território

Ninguém tem documento da Izidora, do terreno da Izidora. Se tiver, é falso. E outra coisa, a Izidora era uma escrava, ela foi herdeira desse terreno. Vocês pegaram lá, no terreno que é de herança da Izidora... se, quem for o dono é vocês, que tão morando lá, tão tomando conta lá e zelando e precisa de moradia. Mas, mais ninguém tem documento lá, do terreno. Quem tiver documento do terreno lá, é falsificado.

Essa é uma tradição oral contada entre os moradores das ocupações e região. Essa história apresenta algumas evidências em mapas antigos da cidade que nomeavam o curso d'água que passa nas redondezas como Ribeirão da Izidora, informação encontrada num mapa de 1923 (fig. 1). Posteriormente, na perspectiva de masculinização da cidade, o nome foi alterado e passou a se chamar Ribeirão do Isidoro, já identificado assim desde os mapas de 1953 (fig. 1). As informações são confirmadas também pelo Quilombo da Mangueira: Isidora da Costa, que se instalou na região dando seu nome a ela, possuía 7 alqueires de terras no Ribeirão da Onça quando foi sancionada a Lei de Terras de 1850.

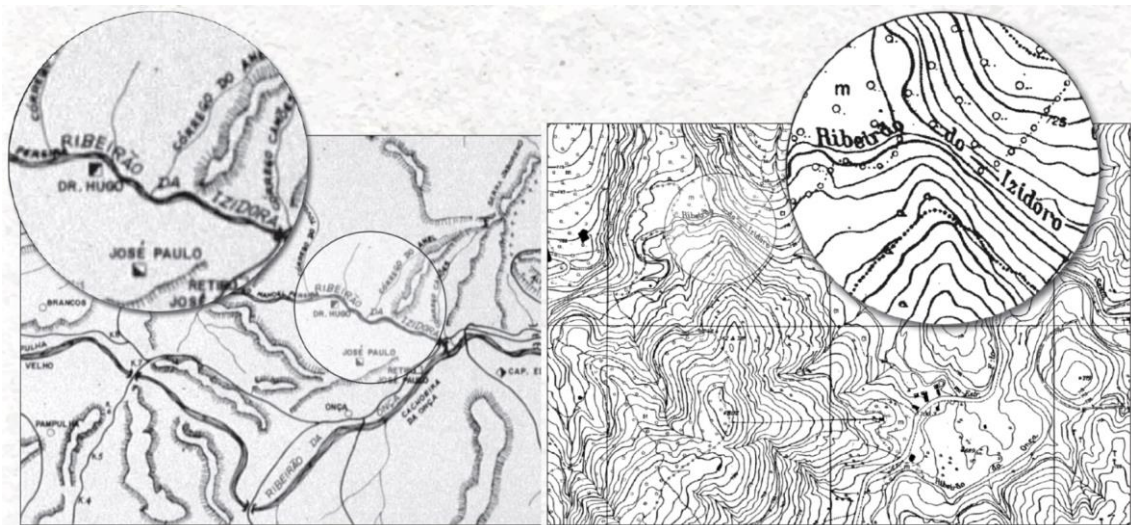


Figura 1. trecho do mapa do Município de Belo Horizonte em 1923 e trecho do levantamento aerofotogramétrico de Belo Horizonte em 1953. (fonte: LOURENÇO, 2022).

O conjunto das quatro ocupações, Esperança, Helena Greco, Rosa Leão e Vitória, foi nomeado Ocupações da Izidora e, ao adotarem esse nome, resgataram a figura da mulher negra alforriada, que no imaginário coletivo, passa a ser uma parente de todos os moradores que ocupam o terreno na luta pela moradia em Belo Horizonte e homenagearam a presença marcante das mulheres entre seus moradores, algumas das quais atuando como coordenadoras e lideranças. A Ocupação Rosa Leão também teve seu nome escolhido através de uma assembleia geral entre os moradores em homenagem a uma das moradoras, militante e líder comunitária. Rosa Leão (fig. 2) foi membro de uma das Comissões do Movimento de Luta pela Moradia (MLPM), na década de 1990 e foi uma figura muito importante na conquista do Conjunto Ubirajara, no Zilah Spósito, em setembro de 1999, localizado nos arredores das ocupações da Izidora (SANTANA, 2018). Com aproximadamente 40 anos foi assassinada na tentativa de separar uma briga armada entre dois vizinhos homens.



Figura 2. Rosa Leão, militante e líder comunitária. (fonte: ISAÍAS, 2018).

Assim como Thaís Lopes Santana Isaiás em seu livro “Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora”, aqui optamos por chamar de “Izidora” todas as mulheres das Ocupações da Izidora, por questão de segurança e proteção, para não expor as entrevistadas, e para dialogar com reflexões sobre o estabelecimento do nós nos feminismos, dos sujeitos singulares que confluem em torno da identidade “mulher”. (ISAÍAS, 2018) Quando reproduzidas as falas retiradas das entrevistas narrativas, são sinalizadas com recuo de citação.

Dentro das ocupações são recorrentes os casos de mulheres negras mães-solo, estando essas em situação de vulnerabilidade acentuada. Muitas das vezes essas mulheres viram ali possibilidade de se emancipar de relações abusivas de dependência em relação aos homens. E também encontram um sentimento de pertencimento por não ser a única mãe solo no lugar, existe um conforto na socialização, outro ponto importante é a partilha de histórias e trajetórias que muitas vezes aproximam e estreitam as relações entre elas. Dentro das ocupações da Izidora, as lideranças são, em sua predominância, mulheres e racializadas. Tornando o ambiente mais acolhedor.

“A comunidade é essencialmente o lugar das mulheres, no sentido de que é ali que elas aparecem e realizam seu trabalho diretamente. Mas a fábrica é igualmente o lugar onde é incorporado o trabalho das mulheres que não aparecem ali e que transferiram seu trabalho aos homens que lá estão. Similarmente, a escola também incorpora o trabalho das mulheres que não aparecem ali, mas que transferiram o seu trabalho aos alunos que retornam todas as manhãs alimentados, bem cuidados e com a roupa passada pela mãe. [...]” Citação Mariarosa Dalla Costa, “Community, Factory and school from the woman’s viewpoint” [Comunidade, fábrica e escola na perspectiva da mulher] (1972) (Federici, 2019, p.38)

Isso é real. Isso é um relato que eu vejo da maioria das mulheres. A mulher negra engravida e se vira com os seus filhos. Então, a maioria das mulheres que na ocupação vive são mulheres solo, são mães solo. E que lutaram, e que tiveram que lutar pra garantir sua moradia e moradia para seus filhos .

Aqui é observado o conceito de feminização da pobreza, abordagem que exige uma análise cuidadosa para que não se abram precedentes para que essa condição seja naturalizada como inerente à mulher. Ao se tratar sobre as ações e “deveres” precisamos pensar como chegamos a esse lugar que não é intrínseco à existência feminina, mas sim inerentes dentro de uma lógica capitalista neoliberal que a sociedade está inserida. O capitalismo sempre encontrará meios de manter as distâncias entre o oprimido e o opressor, encontrando ferramentas para pautar formas normativas para que mantenha-se uma ordem “natural” onde o mercado sairá vitorioso e o

excluído não tenha formas para tentar mudar tal sistema. O comportamento esperado de uma mulher é sempre pautado por padrões conservadores e dominadores. É desejado um certo comportamento de uma mulher simplesmente pelo fato de ter nascido mulher. Nascer mulher não é uma escolha de um indivíduo mas tem grandes chances de se tornar uma sentença de acordo com os padrões normativos.

No entanto, não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. Mesmo assim, dificilmente se tem êxito. Não importa o quanto sejamos bem treinadas, poucas mulheres não se sentem enganadas quando o “dia da noiva” acaba e elas se encontram diante de uma pia suja. Muitas de nós ainda possuem a ilusão de que casamos por amor. Grande parte de nós reconhece que nos casamos por dinheiro e segurança; mas é o momento de reconhecer que, enquanto há pouco amor ou dinheiro envolvidos, o trabalho que nos aguarda é excessivo. É por isso que as mulheres mais velhas sempre nos dizem: “aproveite sua liberdade enquanto você pode, compre o que você quiser agora”. Mas, infelizmente, é quase impossível aproveitar qualquer liberdade se, desde os primeiros dias da sua vida, você tem sido treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. Se você não gosta, o problema é seu, o fracasso é seu, a culpa e a anormalidade são suas. (FEDERICI, 2019, p.43-44)

Para Pearce (1978), o processo da feminização da pobreza, está ligado em como teremos acesso às fontes de renda dessas mulheres e os resultados para que as políticas públicas proponham para ajudar na redução da pobreza na disparidade fiscal para que assim conseguir diminuir a disparidade dos serviços do lar e obrigações dentro casa entre os gêneros.

“[...] Nós somos donas de casa, prostitutas, enfermeiras, psiquiatras; essa é a essência da esposa “heroica” celebrada no Dia das Mães. Nós dizemos: parem de celebrar nossa exploração, nosso suposto heroísmo. De agora em diante, nós queremos dinheiro por cada um desses momentos, para que possamos recusar alguns deles e, ao final, todos eles. A esse respeito, nada pode ser mais efetivo do que demonstrar que nossas virtudes femininas já possuem um valor econômico calculável: até agora, possuíam valor apenas para o capital, que aumentou na medida em que fomos derrotadas; a partir de agora, possuem um valor contra o capital — e para nós, na medida em que organizamos o nosso poder.” p.49

4. O cuidado no centro da luta

4.1 Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado

O trabalho reprodutivo, sendo tudo aquilo relacionado à manutenção da vida e desenvolvimento humano, implica uma ampla categoria de atividades, que são historicamente desempenhadas pelo sexo feminino e são impostas como algo natural e inerente à condição de mulher. No sistema capitalista, em que só se considera econômico e trabalho o que tem uma dimensão mercantil, toda a esfera de reprodução, responsável por subsidiar também o trabalho produtivo e gerar mão-de-obra, para além de não remunerada, é subjugada e invisibilizada em níveis macroeconômico e microeconômico.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele. (FEDERICI)

Nos próximos tópicos deste artigo serão elencados alguns exemplos de como o trabalho de reprodução ocorre no contexto das Ocupações da Izidora.

4.2 Cuidar é verbo coletivo

Apresentar a história das Izidoras é fazer uma visita à dinâmica do cotidiano das ocupações, percebendo que, para além da esfera privada e individual do trabalho doméstico desempenhado em suas casas, as mulheres das ocupações desenvolvem o cuidado de forma pública e coletiva dentro do território por meio de diversas atividades. São elas as responsáveis pela extenuante política de resistência diária na luta por moradia.

Mulheres são linha de frente do ocupar ao cotidiano do resistir. No primeiro momento, em que decidem deixar a escolha entre alimentação e aluguel e vão demarcar o terreno a ser ocupado, se preocupam em como cozinhar, o que vão cozinhar ou como preservar gelada a água que ela e seus filhos vão beber pelos próximos dias. O cuidado também está descrito nos momentos de enfrentamento com a polícia e o poder público, em que as mulheres atuam como apaziguadoras de conflitos.

Os homens, no início da ocupação, eles achavam que eles iam enfrentar a tropa de choque. "Não, nós vamo enfrentar! Pode mandar vim!". Todo mundo feroz, bravo, macho. Mas na hora de ir pra luta, quem ia a maioria era mulheres. (...) Na hora que dava lá a carreta de tropa de choque com aqueles trem que coloca pra defender de tomar porrada da gente.... Na hora que batia naquele negócio lá só via mulher na frente, porque os homem já tinha corrido há muito tempo. Então assim, é real. É real. Quem tá sempre na frente, no a frente, é as mulheres. Os homens tão junto... tem momentos que tão junto, tem alguns que tão lado a lado, mas a sua grande maioria são mulheres, por causa da questão do cuidado e do querer uma vida melhor e digna pros seus filhos. Por que a mulher é muito disso, né?!

Ainda na esfera institucional, representam os interesses da comunidade em reuniões e mesas de negociação, denunciam e fazem os enfrentamentos aos poderes públicos e privados, o que as leva a sofrer frequente e diretamente as mais variadas violências. Nesses processos, machismos e racismos são constantes, mas não passam despercebidos e recebem contestações imediatas das línguas de navalha.

Nossa! Acho que meu segundo nome é esse aí: barraqueira. (risos) Já me chamaram de barraqueira... teve um cara uma vez que falou assim, que a gente tinha que arrumar era uma pilha de louça pra lavar. Machismo que a gente tem que lidar no dia a dia aí, né?! Mas a gente sempre tem resposta na ponta da língua pra eles.

uma reunião que a gente teve na Copasa, que tinha lá o advogado, né?! Que era o Luiz, que acompanha a gente... eu tava falando com o rapaz... por que a gente tava fazendo uma manifestação na porta da Copasa e eles não queria liberar água pro pessoal lá fora. Aí eu comecei a questionar ele, questionar, e fazer questionamentos pra ele... ele simplesmente me ignorou, olhava pro Luiz e respondia todas as perguntas olhando pro Luiz, como se tivesse conversando com ele. Então eu comecei... aí foi a hora de eu fazer meu barraco, que eu falei com ele "olha, deixa eu falar com cê, não é por que ele é homem e está aqui que você vai falar com ele não, você vai falar é comigo, que é eu que tô te questionando". Aí foi a hora do barraco todo. E o pessoal costuma falar, dos movimentos sociais aí, que eu sou língua de navalha, porque óh... não tô satisfeita, eu já falo é na hora.

Elas movimentam e estimulam a construção e produção dos espaços coletivos, auxiliam na resolução de demandas e questões do dia-a-dia, como cuidado com hortas e os espaços coletivos e organização da coleta de lixo, visto que a ocupação não tem acesso ao serviço público de coleta. Orientam moradores e exercem o papel de cuidadoras da coletividade sendo solicitadas para mediar conflitos internos e externos. Se em alguns momentos a língua de navalha é geradora de conflitos, em outros é responsável por garantir os direitos da comunidade.

Agora, depois de muita luta, todas as crianças que tem dentro da comunidade são matriculadas. A gente teve que lutar bastante... muitas das vezes a gente teve que gravar, entrar em impasse mesmo, ir pra Secretaria de Educação até conseguir que as crianças todas sejam matriculadas.

Esse direito aí, que é constituído, né?! Lá na Constituição brasileira... então, tem que ter o estudo... e era negado pras crianças daqui. Então a gente foi atrás dos direitos delas e conseguimos que todas fossem matriculadas nas escolas.

As mulheres são protagonistas na gestão da economia doméstica nos lares do Brasil, e essa é uma das muitas categorias de atividades do trabalho de cuidado exercido por elas. Em meio à pandemia de covid-19, teve início, na Ocupação Helena Greco, o projeto Cozinha Solidária, comandado por duas das lideranças, Juliana e Andreza. Nas ocupações, as lideranças femininas são responsáveis pelo cuidado, não somente como atividade privada e isolada, mas também como estratégia coletiva. A autoprodução e autogestão dos territórios passa, necessariamente, por esse cuidado.

Ju, como é carinhosamente conhecida pelos moradores, recebeu em maio de 2021 uma doação de algumas verduras e fez uma sopa para distribuir aos moradores, que naquele momento estavam passando por muitas dificuldades, para além das que naturalmente passam por ali: alguns deles não tinham o que comer, estavam passando fome. A partir desse dia, o projeto aconteceu todos os finais de semana e ao longo de um pouco mais de um ano, Ju e Andreza foram conquistando apoiadoras de dentro e fora da ocupação.

Ficam registrados aqui alguns dados relevantes sobre gênero e a economia doméstica no Brasil, que apontam a relevância das mulheres e desse trabalho de cuidado desempenhado por elas. O levantamento elaborado pela Escola Nacional de Seguros em 2018, mostra o crescimento do número de lares chefiados por mulheres em 15 anos, compreendidos entre 2000 e 2015. As famílias chefiadas por homens no Brasil cresceram 13%, passando de 37,4 milhões em 2001 para 42,4 milhões em 2015. Já o número de famílias chefiadas por mulheres dobrou em termos absolutos, aumentando 105%, passando de 14,1 milhões em 2001, para 29 milhões em 2015. Embora a maior parte das chefes de família sejam entre as que vivem sozinhas com seus filhos - 11,6 milhões de mulheres -, houve um crescimento expressivo do comando feminino em famílias heterossexuais (onde há um cônjuge).

Nas ocupações as assembleias realizadas entre moradores, lideranças e apoiadores para discussão e tomadas de decisão coletivas são práticas corriqueiras e regulares. As lideranças femininas se ocupam de organizar e conduzir essas reuniões, assim como mobilizar os moradores e receber os apoiadores e mantê-los próximos.

As mulheres cuidam, educam e auxiliam na criação dos filhos umas das outras. Tornam-se filhos também os filhos das amigas e vizinhas, o processo de cuidado é coletivo.

as mulheres cuidam dos filhos das outras assim, inclusive quem fica na rua, a gente mesmo chama atenção "oh menino! Desce daí que cê vai cair!". A gente tem essa questão do cuidado e a preocupação, sabe? Quando cê vê fazendo coisa errada então, aí cê briga. É o melhor! Então, é... o senso de cuidado em comunidade como nessa onde eu moro... obviamente que não é tudo lindo, tá galera?! Tem as porrada, tem as paulera, tem os enfrentamentos... tem umas arma na cara que a gente tem que segurar a onda... tem um monte de coisa! Mas tem muita coisa linda que te faz resistir e querer estar aqui cada dia mais.

Frente ao momento atual do Brasil, em que vivemos um retrocesso atrelado ao recrudescimento do conservadorismo e neoliberalismo, Izidora pontuou também algumas das bonitezas do trabalho reprodutivo materializado no espaço por essas mulheres, que alicerçam a vivência da comunidade, tornando possível esperançar na luta.

E quem cuida de quem cuida? Diante de tanto tempo despendido no cuidado com a família e a comunidade, ficam questionamentos: quem cuida dessas mulheres? Em que momento essas mulheres cuidam delas mesmas? A resposta é rede de apoio. Assim como se apoiam no cuidado de todas as outras esferas, cuidam também umas das outras. Entre elas, moradoras e lideranças, dão suporte emocional mútuo e executam tarefas domésticas nas casas umas das outras. Em alguns momentos esse cuidado é também gerador de conflito, um paradoxo do cuidado: de modo

geral, é invisibilizado ou subjugado, mas em alguns momentos em que se torna visível, pode ser faísca de conflito.

Aí, aquele período era muito legal, por que assim, era reunião toda hora, toda hora... reunião de manhã, de tarde, de noite... a gente saía sem roupa, com roupa suja, ficava o dia inteiro na rua, suada, sem comer, por que eu não tinha dinheiro (...) a gente buscou ajuda em tudo quanto é lugar, né?! Era na prefeitura, era lá na defensoria, era no Ministério... até uma vez que eu fui parar em Brasília. (...) E aí, o meu filho era cuidado muito pela Vanda. Então ele ia pra casa da Vanda, tomava banho lá... inclusive na casa da Vanda tinha alvenaria e tinha chuveiro, e ele falava "oh tia Vanda, eu gosto muito de tomar banho aqui na casa da senhora por que aqui o chuveiro équentinho". A Vanda conta isso até hoje, e quando ela conta eu fico mais indignada ainda, porque infelizmente meu filho teve que passar por isso tudo sem necessidade. Mas aí as mulheres, também tinha mulheres que vinham na minha barraca de lona preta, que ficava uma zona, varria ela, arrumava... guardava, lavava vasilha, depois, a minha casa também a mesma coisa. Gratuitamente, por que elas achavam que como eu estava indo nas lutas, na reuniões, buscar ajuda, o mínimo que elas podia fazer é tentar cuidar de mim de alguma forma. Tinha uma que chamava Lora, que arrumava meu cabelo, colocava meu cabelo... eu ficava linda, maravilhosa! E aí começou um zum zum zum na ocupação! Enfim, aí começou o zum zum zum na comunidade "uê, essa menina tem faxineira? Só anda arrumada... cabelo tão caro pra arrumar... ela deve tá pegando dinheiro da comunidade! Tá pegando dinheiro... esse dinheiro pra ônibus aí oh, é pra arrumar a casa dela!". Minha filha... aí eu tive que fazer uma reunião, uma assembléia. Esse dia, nessa assembléia, eu tinha que ter gravado! Foi emocionante demais, gente! Chamei a galera toda que cuidava de mim, e aí fui falando "Galera, todo mundo que fica falando aí que eu tenho empregada em casa, que meu cabelo fica arrumado, vou chamar um por um aqui". Aí chamei a Lora "O povo que fica conversando muito aí oh, quem arruma o cabelo dela sou eu! Por que ela tem que ir bonita pra reunião, defender a gente! Isso é o mínimo que eu devo fazer por ela!" Que não sei o que, não sei o que... E aí teve a Lúcia, que vinha cá limpar a casa de vez em quando, e ela falava mansinho, por que ela é baiana. "Eu limpo a casa da Charlene com o maior prazer do mundo! Eu acho que as pessoas deveriam fazer o mesmo... é ajudar ela!". Eu comecei a chorar, a galera começou a chorar. E foi aquela prestação de conta assim, das próprias pessoas que cuidavam de mim por eu cuidar da comunidade. Foi uma coisa assim, maravilhosa! Emocionante!

5. Conclusão

As situações descritas ao longo deste trabalho são apenas algumas das muitas formas de materialização do trabalho de cuidado na atuação cotidiana das mulheres nas ocupações da Izidora. É de grande importância que nós, como arquitetos urbanistas, tenhamos conhecimento da realidade material dos territórios e da relevância desses trabalhos coletivos que ocorrem de forma rotineira, para que possamos atuar de modo a reconhecer e potencializar essas ações que produzem e gestam o espaço, evitando assim que os processos internos das comunidades sejam atropelados e assegurando a autonomia de seus moradores e suas lideranças.

Somos ensinados ao longo da nossa formação a desenvolver projetos considerados heterônomos, ou seja, aprendemos a desenvolver projetos baseados em pouca escuta dos moradores ou usuários, suprimindo a autonomia desses agentes, tomando por muitas vezes decisões arbitrárias e opressoras, tornando-os passivos no processo de projeto em que deveriam ser protagonistas, como de fato são. É de grande importância também reconhecer a arquitetura, o urbanismo e o desenho técnico como formas de linguagem, que assim como as outras formas, também podem ser instrumentos de dominação, opressão e violência.

Neste momento, em 2022, está em andamento o processo de reurbanização das ocupações da região da Izidora. A Prefeitura de Belo Horizonte, recentemente, realizou reuniões com os moradores e lideranças, a fim de apresentar as 3 propostas de reurbanização desenvolvidas, que posteriormente foram votadas. As propostas não foram construídas junto aos agentes que vivem e atuam naquele território há cerca de 11 anos. As decisões foram pautadas apenas e tão somente no que chamam de técnica, desconsiderando, por exemplo, todos os relatos de trabalho de reprodução que foram descritos neste artigo. Moradores e lideranças não participaram do processo de desenvolvimento das 3 propostas, foram apenas apresentados a elas e consultados, por meio de uma votação. O que todas as propostas tinham em comum era que, de pronto,

estavam anunciados quais moradores seriam removidos de suas casas nesse processo de reurbanização.

6. Referências

FEDERICI, Sílvia. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Ed. 1. São Paulo: Elefante, 2019

ISAÍAS, T. Mulheres em Luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2018.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane; PENNA, Alicia Duarte; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Como projetar com pessoas que vivem em áreas socialmente vulneráveis? *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 18, n. 1, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>>. Acesso em: 10 jun. 2019.